



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AgInt nos EDcl no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 57930 - PR  
(2018/0155282-5)

**RELATOR** : MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
**AGRAVANTE** : HORFRAN - COMERCIAL ELETRO MOVEIS LTDA  
**ADVOGADOS** : ARLI PINTO DA SILVA - PR020260  
JORGE WADIIH TAHECH - PR015823  
ANDRÉ ALMEIDA GONÇALVES - PR043800  
GUILHERME MENEGAZZO TREVISAN - PR070915  
**AGRAVADO** : ESTADO DO PARANÁ  
**PROCURADOR** : CLEIDE ROSECLER KAZMIERSKI E OUTRO(S) - PR019557

### DECISÃO

Trata-se de agravo interno manejado por **HORFRAM - Comercial Eletro Móveis Ltda.**, desafiando decisão de fls. 433/438, que negou provimento ao recurso ordinário, sob os seguintes fundamentos: (I) o Secretário da Fazenda do Estado do Paraná não ostenta legitimidade para figurar no pólo passivo do mandado de segurança, pois não é de sua competência determinar a nulidade de eventual lançamento tributário; e (II) conforme orientação firmada pelo STJ sob o rito dos repetitivos, não se revela adequado o manejo do mandado de segurança para fins de se alcançar a declaração de inconstitucionalidade de lei estadual, por frontal colisão com o quanto consignado na **Súmula 266/STF**.

A parte agravante, em suas razões, sustenta que: (I) o Secretário de Estado da Fazenda seria parte legítima para figurar no polo passivo do *mandamus*, pois "*confronta-se não apenas o fato da cobrança do ICMS, mas - também - o fato de quantificação do ICMS*" e "*é o Secretário da Fazenda quem é responsável por expedir os textos que determinam a aplicação da alíquota de 29% de ICMS sobre a fatura de energia elétrica*" (fl. 467); e (II) "*O uso do writ na esfera tributária tem seu campo de abrangência perfeitamente delineado pela doutrina e jurisprudência, sendo perfeitamente cabível mandado de segurança contra lei tributária capaz de gerar efeitos concretos na esfera patrimonial dos contribuintes*" (fl. 469). Segue afirmando a existência de repercussão geral reconhecida pelo STF sobre a matéria debatida nos autos - RE 714.139, sendo que a exordial dessa discussão também adveio de um mandado de segurança, não havendo ofensa à Súmula 266/STF. Requer, ao final, seja aplicada a determinação contida no art. 543-B do CPC/73, nos moldes em que ocorrido no RE 597.304.

O Estado do Paraná apresentou petição de impugnação às fls. 479/488, pela qual defende o desprovimento do presente agravo interno.

## É O QUE CABIA RELATAR.

Melhor compulsando os autos, e exercendo o juízo de retratação facultado pelo arts. 1.021, § 2º, do CPC e 259, § 6º, do RISTJ, especialmente quando já tenha havido a afetação da matéria versada no recurso ordinário ao rito da repercussão geral, reconsidero as decisões de fls. 433/438 e 459/461, tornando-as sem efeito, passando novamente à análise do recurso:

Cuidam os autos, originariamente, de mandado de segurança impetrado por **HORFRAM - Comercial Eletro Móveis Ltda**, contra ato atribuído ao Secretário da Fazenda do Estado do Paraná, que estaria cobrando alíquotas diferenciadas do ICMS sobre as operações de energia elétrica.

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná denegou a ordem, em acórdão assim ementado (fl. 279):

*MANDADO DE SEGURANÇA. ALÍQUOTA DE ICMS INCIDENTE SOBRE ENERGIA ELÉTRICA. DISCUSSÃO ACERCA DA CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 14, V, DA LEI ESTADUAL 11580/1996 E DO ARTIGO 14, V, DO REGULAMENTO DO ICMS. ALÍQUOTA DE 29%. PLEITO DE REDUÇÃO PARA 18%. CONSTITUCIONALIDADE DA COBRANÇA RECONHECIDA PELO ÓRGÃO ESPECIAL DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA - IDI 174723-7/01. VINCULAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA SELETIVIDADE E DA ESSENCIALIDADE. DISCRICIONARIEDADE DO ESTADO. DISCRIMINAÇÃO INEXISTENTE. SEGURANÇA DENEGADA.*

No recurso ordinário, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, a parte recorrente sustenta que: (i) "o legislador infraconstitucional, ao definir a alíquota aplicável nas operações com energia elétrica, não considera o critério da essencialidade previsto na Carta Magna como fator preponderante para a fixação da gradação do ônus tributário, ao contrário, utiliza critério dissociado da importância social do produto ou do serviço" (fl. 342); (ii) "a referida legislação paranaense (art. 14, inciso VI, da Lei Estadual nº 11.580/96 e art. 14, inciso VI, do RICMS/PR - aprovado pelo Decreto n. 6.080/12, atualizado até o Decreto n. 4.434 de 29.06.2016) viola manifestamente o princípio da seletividade/essencialidade (art. 155, §2º, III, da CF/88), eis que determina a aplicação da maior alíquota prevista em lei para as operações de energia elétrica" (fls. 342/342).

Pleiteia a atribuição de efeito suspensivo ao presente recurso, com base nas seguintes afirmações (fl. 336):

15. Nesse contexto, o *fumus boni iuris* resta comprovando por toda a argumentação exposta no mandado de segurança, e em especial no fato de que a tributação da energia elétrica pelo ICMS com base na alíquota especial (majorada) implica em violação inequívoca ao princípio da seletividade desse imposto (art. 155, §2º, III, da Constituição Federal).
16. Em relação ao *periculum in mora*, existe a manifesta necessidade de proteção da Recorrente contra uma tributação indevida, sob pena, de ter que continuar desembolsando valores injustamente cobrados pelo Fisco

*Estadual, em manifesta afronta aos ditames constitucionais.*

*17. Nesse viés, registre-se que o periculum in mora também reside na constatação da dificuldade com que o Estado brasileiro devolve o indébito tributário justifica a concessão de medida provisória, para determinar o depósito judicial das quantias por ele cobradas. (MC 2144, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, DJ 05/11/2001)*

Contrarrazões apresentadas pelo Estado do Paraná às fls. 352/360.

O Ministério Público Federal, em parecer da lavra do Subprocurador-Geral da República Brasilino Pereira dos Santos, opina pelo desprovimento do recurso (fls. 399/410).

À fls. 414, proferi decisão de indeferimento do pedido de concessão de efeito suspensivo.

Instadas a se manifestarem sobre a legitimidade da autoridade apontada como coatora (fl. 414), a parte contribuinte defendeu a legitimidade do Secretário de Estado da Fazenda do Paraná (fls. 416/422), e o ente estadual apresentou a petição de fls. 427/431, postulando o desacolhimento do recurso.

### **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

Quanto à matéria de fundo, a saber, *Alcance do art. 155, § 2º, III, da Constituição federal, que prevê a aplicação do princípio da seletividade ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS*, ressalta-se a existência de repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, no **RE 714.139 RG/SC - Tema 745/STF**, cuja decisão de afetação recebeu a seguinte ementa:

*IMPOSTO SOBRE A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS – ENERGIA ELÉTRICA – SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO – SELETIVIDADE – ALÍQUOTA VARIÁVEL – ARTIGOS 150, INCISO II, E 155, § 2º, INCISO III, DA CARTA FEDERAL – ALCANCE – RECURSO EXTRAORDINÁRIO – REPERCUSSÃO GERAL CONFIGURADA. Possui repercussão geral a controvérsia relativa à constitucionalidade de norma estadual mediante a qual foi prevista a alíquota de 25% alusiva ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços incidente no fornecimento de energia elétrica e nos serviços de telecomunicação, em patamar superior ao estabelecido para as operações em geral – 17%.*

**(RE 714.139 RG/SC, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, julgado em 12/06/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-188 DIVULG 25-09-2014 PUBLIC 26-09-2014 )**

Em recursos versando sobre temas submetidos ao rito da repercussão geral, o STF tem determinado o retorno dos processos para os Tribunais de origem, para aguardar o julgamento do recurso extraordinário representativo da controvérsia. A propósito: **ARE 934.095 AgR-ED-ED**, Rel. Min. Edson Fachin, Primeira Turma, DJe 22/11/2016; **RE 594.695 AgR-AgR**, Rel. Min. Marco Aurélio, Primeira Turma, DJe 25/05/2015; e **RE 543.799 AgR-ED**, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJe 03/08/2015.

**EM RAZÃO DO EXPOSTO**, (i) reconsidero as decisões de fls. 433/438 e 459/461; e (ii) determino a devolução dos autos, com a respectiva baixa, ao ilustrado Tribunal de origem, onde, nos termos dos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015, deverá ser realizado o juízo de conformação ou manutenção do acórdão local frente ao que decidido pela Excelsa Corte.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Sérgio Kukina  
Relator